

**Ata da Terceira Reunião Ordinária do Fórum dos Diretores de TIC da Justiça  
do Trabalho**

23 e 24 de abril de 2014

Local: Brasília - DF

<b>Representante</b>	<b>Regional</b>
Márcio Pagy	1ª Região
Leonardo Fontes Bollentini	1ª Região
Márcio Nisi	2ª Região
Gutemberg Oliveira	3ª Região
Ausente	4ª Região
Cláudia Cristina Ferreira Jorge	5ª Região
Ausente	6ª Região
Joarez Dallago	7ª Região
Marco Aurélio Fedelis Rego	8ª Região
Marcelo	9ª Região
Jaime de Brito	9ª Região
Ausente	10ª Região
Rômulo Rogério Cyrino Barbosa	11ª Região
Claudio	12ª Região
Angelo Giuseppe Guido de Araújo Rodrigues	13ª Região
Robert Armando Rosa	14ª Região
Herbert Wittmann	15ª Região
Romulo Moura	16ª Região
Ausente	17ª Região
Ausente	18ª Região
Ausente	19ª Região
Marcos Xavier	20ª Região
Marcelo Marino Ramos	21ª Região
Ausente	22ª Região
Marcelo Massayuki Kobayashi	23ª Região
João Carlos Ferreira Filho	24ª Região

1 - Fica aprovada a ata da segunda reunião ordinária.

2 - Quanto a revisão dos formulários de demandas objetivando a formalização das aquisições com recursos oriundos do CSJT e especificamente para as demandas relacionadas à aquisição de storages, foi esclarecido que a solução contemplada na ARP do TRT3 visa atender as necessidades do PJe. Qualquer demanda que fuja esse escopo, incluindo a manutenção dos storages atuais, deve ser custeada pelos TRTs. Fica registrado a intensão de demanda para aquisição de solução de virtualização para storage objetivando o aproveitamento de ambientes heterogênicos.

3 - Quanto a proposta de criação do regimento interno do Fórum de Diretores de Tecnologia da Informação e Comunicação da Justiça do Trabalho, foi apresentado minuta de regimento que após debate e correções realizadas foi aprovada. O entendimento comum é que o regimento deve ficar vinculado ao estatuto do Coleprecor tendo como próximo passo o encaminhamento da proposta com a minuta do regimento ao Colegiado para apreciação.

4 – Após o almoço os Diretores de TIC compareceram a reunião do Coleprecor para assessoramento dos presidentes no que diz respeito aos assuntos ligados ao PJe.

24/4

5 – Como assunto extra pauta foi colocado os problemas que as áreas de TIC tem enfrentado com a pouca valorização da carreira. São vários os casos de profissionais que tomam posse nos concursos do Judiciário e após serem capacitados e estarem aptos a contribuir de forma especializada acabam abandonando o cargo em busca de melhor remuneração. O Fórum é unanime quanto a necessidade de ações que possam reforçar as áreas de TI do Judiciário. Como iniciativa de estudo o representante do CSJT se compromete a levar a demanda para o Comitê de Governança objetivando a realização de estudo que possa mapear a realidade atual de cada área de TIC nos Tribunais do Trabalho e a partir dai propor ações que visem à valorização da carreira de TIC.

6 – Conforme exposto em ata anterior o diretor de TIC do TRT da 11ª Região realizou apresentação da solução de lista de e-mail e grupos com proposta de utilização pelo Fórum. A solução apresentada tem base nos serviços corporativos do Google e foi aprovada por todos. Como ações seguintes para a efetivação da solução o TRT da 11ª Região ficou com a atribuição de realizar os cadastros dos endereços de e-mail institucionais de todos os participantes do Fórum que serão disponibilizados pelo coordenador.

PJe

Em debate quanto à contratação do suporte para o banco de dados Postgre que atualmente suporta o PJe. O representante do CGTIC relatou quanto à intenção de ser encaminhada àquele comitê a demanda para a contratação, tendo em vista

que o banco de dados é ponto crítico e não conta com suporte especializado contratado. O grupo debateu quanto aos problemas enfrentados e relacionados ao banco de dados Postgre, principalmente nos TRTs de grande porte que possuem base de dados com tamanho considerável. Deliberou-se a favor da contratação do referido suporte enquanto a questão do banco de dados não está completamente definida pela equipe nacional do projeto PJe. Os diretores/secretários reiteraram o entendimento da necessidade de estudos direcionados a análise de risco envolvendo as diversas questões do PJe, principalmente em relação a plataforma de banco de dados utilizada atualmente. A desembargadora Ana Paula Lockmann e a juíza Gisela Lutz, ambas integrantes do Comitê Nacional do PJe e do CGTIC, fizeram-se presentes no Fórum para debater quanto as diretrizes da nova gestão relacionadas ao PJe.